Ata da 44º Sessão, em 2 de maio de 1990

4º Sessão Legislativa Ordinária, da 48º Legislatura Presidência dos Srs. Pompeu de Sousa, Nabor Júnior e Meira Filho

ÁS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Alutzio Bezerra — Nabor Júnior — Odacir Soares — João Menezes — Moisés Abrão — Carlos Patrocínio — João Castelo — Alexandre Costa — João Lodo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Alonaso Sancho — Mauro Benevides — Ney Marañsio — Divaldo Suruagy — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Ruy Bacclar — João Calmon — Afonso Arinos — Mara Machado — Alfredo Campos — Pompeu de Sousa — Maurício Correa — Meira Filho — Roberto Campos — Affonso Camaro — José Richa — José Paulo Bisol — José Fogga.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

— A lista de presença acusa o comparecimento de 31 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

trabalhos.
O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Submetendo à deliberação do Senado a es-colo de nomes indicados para cargo ou fun-cia o provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM Nº 111, DE 1990 (N° 399/90, na origem)

MENSAGEN VIII, DE 1990 (N. 299/99, na origem)
Senhor Presidente,
Com a presente, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 52, inciso III, alinea a. e no artigo 84, inciso XIV, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter ao exame e aprovação do Senado Federal o nome do Dr. Marco Aurelio Mendes de Farias Mello, Ministro Togado do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, que pretenda nomear para o cargo de Ministro do Coleado Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Madeira.
Os méritos do eminente magistrado e renomado professor universitário, que me levaran a fazar e sta escolha, esta do documentados no currículam vitas que acompanha esta Mensagem, a qual faoy juntar, igualmente, por sua expressividade, manifestação unfablho de de outros órgãos e entidades da comunidade juríficia brasileira, no sentido de que o Dr. Marcos Aurélio Mendes de Farias Mello venha a intergrar a excelsa corte.

Na expectavida do acolhimento a esta indi-cação, renova a Vossa Excelência e aos Se-nhores Senadores da República as expressões de minha mais elevada consideração. Brasilia. 2 de maio de 1990. — Fernando Collor, Presidente da República.

Curriculum Vitae

Dados Pessoais:

- 1. Nome: Marco Aurélio Mendes de Fa-rias Mello 2. Data de Nascimento: 12 de julho de 1946 3. Naturalidade: Rio de Janeiro Esta-do do Rio de Janeiro

Curso Primário e Médio — Colégio Souza Marques — Rio de Janeiro
 Curso Científico — Colégio Pedro II — Rio de Janeiro

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rlo de Janeiro — Ano de conclu-são do curso: 1973.

Pós-Graduação:

Mestrado em Direito Privado, pela Facul-dade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro: certificado de capacitação ob-tido em 1982.

UNIVERSIDADE FEDERAL

DO RIO DE JANEIRO

FACULDAGE DE DIREITO

CERTIDÃO

Histórico da Vida Escolar

arco Aurello Mendes de Fartas Mello

O Secretário de Feculdade de Directo de Universidade Fede de Jameiro, cumprindo o despadeno do Senhor Director, exarado de Jameiro, cumprindo o despadeno do Senhor Director, exarado de Jameiro, cumprindo el despadeno de Senhor Director, exarado de Cartifica que ofa) requerente, filho(a) de Pilnio Affonso Mello e de Eunice Mendes de Faria Mello, nascida em 12 de 1946, natural do Estado de Guanabara e Bacharel em Cifenciat e Socials por esta Faculdade, tendo recebido o respectivo de decembro de 1973, obtave dunante o curso as sepulnies not pular em 1959 — 60 pontos dunante o curso as sepulnies not pular em 1959 — 60 pontos dunante o curso as sepulnies not

Cadelras	Média	Final	_
1º Ano 1969 Introducão à Ctência do Direito		7.50	
Direito Constitucional e Teoria do Estado		7.00	
Direito Civil e Romano Economia Politica		8,50	
2º Ano 1970		9.50	
Direito Civil e Romano Direito Penal		9.50	
Direito Internacional Público Direito Financeiro		9,60 9,00 10,00	
39 Ano 1971			
Direito Civil e Romano		9.00	
Direito Penal		9.00	
Direito Comercial Direito Judiciário Civil		8,00	

			0		
Dados e	Datas -		2		
Min	Mas	0	Bur	Dil	

Cadeiras	Média Final
01reito Civil e Romano Direito Judiciário Civil Direito Comercial Direito Judiciário Penal Direito Judiciário Penal Direito do Trabalho	9.50 9.50 10.00 9.50 9.50 8.00
5º Ano 1973 Direito Civil e Romano Direito Administrativo Direito Internacional Público Medicina Legal	9,00 8.50

Confere: Rio de Janeiro, 9 de abril de 1974.

Instituições a que Pertence:

I - Membro do Instituto Brasileiro de Di-

reito Previdenciário; II — Membro Titular do Instituto Latino-Americano del Derecho del Trabajo e de la

Seguridad Social; III — sócio do Instituto Brasileiro de Direito Social;

to Social;

IV — Membro da Academia Nacional de
Direito do Trabalho, Cadeira nº 119;

V — Membro do Conselho Consultivo da
Academia Nacional de Direito do Trabalho

Biénio 1988/1889. VI — Membro do Conselho da Ordem do

Mérito Judiciário do Trabalho. Atividades Profissionais Anteriores Exerci-

I — Estagiário:

a) Estágio no Gabinete do então MM. Dr.
Juiz Ederson Mello Serra, titular da 11º Vara
Cível do Estado da Guanabara, hoje Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

b) Estágio no escritório de advocacia Professor Joaquim Gomes de Norões de Souza

e Carlos Figueiredo Forbes;
c) Estágio na Procuradoria-Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo prestado assistência judiciária junto a Varas de Órfãos e Sucessões e Varas Criminais;

d) Estágio na Assessoria Jurídica do então Banco de Minas Gerais;

e) Estágio no Serviço Jurídico do Sindicato dos Representantes Comerciais no Rio de Ja-

Éstágio no Serviço Jurídico da Federa-ção dos Agentes Autónomos do Comércio da Guanabara;

g) Estágio no Serviço Jurídico do Conse-lho Federal dos Representantes Comerciais no Rio de Janeiro; h) Estágio no Serviço Jurídico do Conse-

lho Regional dos Representantes Comerciais no Estado do Rio de Janeiro.

11 - Bacharel:

a) Advogado militante do foro do Estado do Rio de Janeiro:

b) Chefe do Departamento de Assistência Junídica e Judiciária do Conselho Federal dos

Representantes Comerciais;
c) Chefe do Departamento de Assistência Jurídica e Judiciária do Conselho Regional

dos Representantes Comerciais no Estado do

io de Janeiro; d) Advogado da Federação dos Agentes Autônomos do Comércio do Estado da Guanabara.

III — Membro do Ministério Público junto à Justiça do Trabalho da Primeira Região,

no período de 1975 a 1978. IV — Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, no período de 1978 a 1981.

V - Presidente da Segunda Turma do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Re-gião no biênio 1979/1980.

VI — Presidente da Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho no biénio 1985/1986, tendo sido reeleito para o biénio

VII — Participação na Realização de Concur-

sos Públicos:

a) Presidente da Banca Examinadora nas provas de Direito do Trabalho, Processo Ci-vil, Processo do Trabalho e Previdência Social no Concurso para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto da Primeira Região, realizado em 1979;

b) Coordenador do Concurso realizado em 1980 e 1981 para provimento de cargos de Juiz do trabalho Substituto da Primeira

e) Membro da Banca Examinadora do III Concurso para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto da Décima Região. realizada em 1988;
d) Membro da Banca Examinadora do IV

Concurso para provimento de cargos de Juiz do Trabalho Substituto da Décima Região, realizado em 1989;

 e) Membro da Banca Examinadora do V Concurso Público para Ingresso na Magistratura do Trabalho da Décima Região, realizado no mês de outubro de 1989

n Membro da Banca Examinadora do Concurso para provimento de cargos de Pro-curador da Fazenda Nacional, realizado em

g) Membro da Banca Examinadora do Processo Seletivo de ascensão funcional para a categoria de Assistente Jurídico do Ministério da Previdência e Assistência Social, realizado em 1987;

h) Membro da Comissão Julgadora para Concursos de Monografia do Tribunal Superior do Trabalho — anos 1986 e 1987.

Atividades Didáticas Anteriores Exercidas:

 Professor do Curso para Dirigentes Sindicais sobre Prevenção de Acidentes do Trabalho, realizado pela Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, mediante convênio com o Mi nistério do Trabalho. Rio de Janeiro (RJ), 1974;

Professor de Direito Imobiliário do Curso para Corretores de Imóveis, realizado pela Câmara de Comércio dos Países Latino-Americanos, em convênio com o Sindicato da respectiva categoria profissional. Rio de Janeiro (RI), 1976; 3. Conferência no Congresso Nacional de

Direito do Trabalho — Rumos Pós-Consti-tuinte, promovido pela Academia Nacional de Direito do Trabalho, Instituto Pernam-bucano de Direito do Trabalho e Tribunal Regional do Trabalho da Sexta Região — Tema: "Rumos do Direito Processual do Trabalho — Jurisdição e Competência". Recife (PE), outubro de 1988; 4. Conferência no Terceiro Congresso

Brasileiro de Direito do Trabalho e Segundo Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho, promovido pela Academia Nacio-nal de Direito do Trabalho e pela LTr. Tema: "Prescrição". São Paulo (SP), novembro de

Conferência no Seminário sobre Direito Processual do Trabalho na Nova Constito Processua de Trabalho e Universidade de Brasília. Tema: "Prequestionamento de matéria apresentada em recursos — Embargos declaratórios e pedido de nulidade de decisão recorrida". Brasília (DF), novembro de 1988; 6. Conferência no Seminário de Direito

 Conterencia no Seminario de Dietto e Processo do Trabalho, promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região, Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da Décima Região e pela Associação dos Juízes Classistas da Décima Região. Tema: "O processo do trabalho e a nova Constituição Federal". Brasília (DF), no-

vembro de 1988:
7. Membro da Mesa e Debatedor na Conferência proferida pelo Professor Amaury Mascaro Nascimento, no X Seminário do Serviço Jurídico da Petrobrás, promovido pela Petrobrás S/A Tema: "O Direito do Trabalho na nova Constituição". Rio de Janeiro (RJ),

outubro de 1988;
8. Conferência no Seminário "A crise econômica e o Direito do Trabalho", promovido pela Academia Nacional de Direito do Trabalho na Universidade de Brasília. Bra-

sília (DF), maio de 1988;

Painelista no III Fórum Brasileiro da Justiça do Trabalho, promovido pelo Sindi-cato do Comércio Varejista de Veículos e de Peças e Acessórios para Veículos no Esta-do do Rio Grande do Sul. Tema: "Justiça como poder normativo". Graamado (RS), maio de 1988;

- Conferência na Associação dos Magistrados do Trabalho da Terceira Região.
 Tema: "Os enunciados da Súmula do Tribunal Superior do Trabalho". Belo Horizonte (MG), abril de 1988;
- Conferência na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul FIERGS. Tema: "A nova Constituição e a Justiça do Trablaho". Porto Alegre (RS) abril de 1988:
- Conferência no Segundo Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho e Primeiro Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho. Tema: "Dissídios coletivos". São Paulo (SP), outubro de 1987;
- 13. Conferência na Reunião de Trabalho do Subcomité Jurídico, promovido pelo Comité de Gestão Empresarial, Setor de Energia Elétrica, Tema: "Os recursos trabalhistas — Prequestionamento". Porto Alegre (RS), novembro de 1988;
- Conferência no Terceiro Encontro Nacional de Advogados do BNCC. Tema: "Embargos de declaração — Prequestionamento". Brasília (DF), junho de 1987;
- Conferência no Segundo Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho e no Primeiro Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho. Tema: "Sindicato e Justiça do Trabalho". São Paulo (SP), outubro de 1987;
- 16. Conferência no Primeiro Encontro Goiano de Direito do Trabalho, promovido pela Secretaria de Estado do Trabalho e Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Goiás. Tema: "O sistema recursal trabalhista". Goiánia (GO), novembro de 1987;
- 17. Aula Magna do Segundo Período Letivo de 1986, na Universidade Federal Fluminense — Centro de Estudos Sociais Aplicados — Faculdade de Direito. Tema: "Constituição — Reivindicação básica dos trabalhadores". Rio de Janeiro (RJ), setembro de 1986.
- Painetista no Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Coletivo do Trabalho, promovido pela Editora LTr. Tema: "Negociação e contratos coletivos". São Paulo (SP). novembro de 1986;
 Professor dos Cursos de Especializa-
- Professor dos Cursos de Especialização em Recursos Humanos, nível de pós-graduação, promovidos pela Fundação Getúlio Vargas. Brasília (DF), nos anos de 1985 e 1986.
- Conferência no XI Encontro dos Corregedores da Justiça do Trabalho, promovido pala Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Tema: "Uniformização de Jurisprudência nos Tribunais Regionais do Trabalho" Foz do Iguaçu (PR), setembro de 1985;
- Foz do Iguaçu (PR), sctembro de 1985;
 21. Conferência na Rede Ferroviário Federal S/A. Tema; "A prescrição como instituto suficiente a levar à segurança e paz nas relações entre empregadores e empregados". Rio de Janeiro (RJ), novembro de 1982;
- 22. Conferência na Petrobrás S/A. Tema: "A exploração do petroleo — Repercussões trabalhistas — Lei nº 5.811/72". Rio de Janeiro (RJ), setembro de 1982;

- Conferência sobre Legislação do Trabalho e Fiscal, no Curso promovido pela Faculdade de Odontologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para alunos dos cursos de especialização. Rio de Janeiro (R1), 1981;
- 24. Conferência na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Distrito Federal. Tornada de trabalho dos bancários". Brasília (DF), setembro de 1982;
- 25. Conferência na Faculdade Cândido Mendes no V Curso de Especialização em Direito do Trabalho, Processo e Previdência Social, promovido pelo Instituto de Direito do Trabalho e Previdência (IDTP). Tema: "Processo Civil e processo trabalhista". Rio
- de Janeiro (RJ), outubro de 1979. 26. Seminário de Negociação Coletiva, promovido pela Seres Treinamento De Executivos S/A. Rio de Janeiro (RJ);
- Conferência no curso de Advocacia do Estado, promovido pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal. Brasília (DF), outubro de 1985.
- 28. Conferência sobre "O Direito do Trabalho na Constituição" nas 5º Jornadas Brasileiras de Direito Bancário em conjunto com o IV Congresso Nacional de Advogados de Bancos e demais Instituições Financeiras, promovidos pela Federação Brasileira das Associações de Bancos. Rio de Janciro (RJ), marco de 1989.
- 29. Conferência no Painel Nacional de Direito do Trabalho, promovido pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas e pela Faculdade de Direito da Universidade Santa Cecília dos Bandeirantes. Tema: "A Justiça do Trabalho e a Nova Constituição". Santos (ED) abril de 1989.
- Santos, (SP), abril de 1989.

 30. Conferência no "Seminário de Direito do Trabalho em homenagem ao Ministro Lindolfo Collor", promovido pela Faculdade de Direito da Univerdade Federal de Minas Gerais. Tema: "Sistemática dos Recursos Trabalhistas". Belo Horizonte (MG), maio de 1989.
- 31. Conferência no IV Seminário da Superintendência Jurídica da Companhia Vale do Rio Doce. Tema: "Aspectos Relevantes do Direito do Trabalho na Constituição Federal de 1988 — o poder normativo da Justiça do Trabalho; o direito de greve e suas limitações; a flexibilidade de direitos e prescrição". Itajpava (RI), maio de 1989.
- 32. Conferência no "Congresso Regional de Direito do Trabalho à luz da Nova Constituição", promovido pelo Instituto dos Advogados do Estado do Espírito Santo. Tema: "Prescrição". Vitória (ES), junho de 1989.
- 33. Conferência no "Seminário sobre Alterações Substanciais do Direito do Trabalho após a Constitulção Federal de 1988", promovido pela Academia Nacional do Direito do Trabalho e pela Universidade de Brasília. Tema: "A possibilidade da fixação de novas condições de trabalho através de convenções coletivas e sentenças normativas, para as pessoas jurídicas de direito público e o problema da dotação orçamentária". Brasília (DF)., junho de 1989.

- 34. Conferência no "Primeiro Congresso Brasileiro de Direito Processual do Trabaho", promovido pela Editora LTr e pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Tema: "O sistema recursal frente à nova Constituição". São Paulo (SP), julho de 1989.
- 35. Conferência na Sessão Ordinária do "I Encontro Semestral de Diretores Gerais dos Tribunais Regionais do Trabalho". Tema: "A administração na Justiça do Traba-
- ho". Brasilia (DF), setembro de 1989.

 36. Conferência no III Forum Jurídico —
 A No va Ordem Aspectos Polémicos, promovido pela Fundação Dom Cabral em convênio com a Pontifícia Universidade Católica
 de Minas Gerais e Federação do Comércio
 do Estado de Minas Gerais, com apoio da
 Academia Internacional de Direito e Economia. Tema: "O Poder Normativo na Justiça
 de Trabalos Rela Horizonte (MG).
- do Trabalho. Belo Horizonte (MG).

 37. Conferência no "V Encontro de Magistrados Trabalhistas da Segunda Região", promovido pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 2º Região. Tema: "Princípios do Processo do Trabalho". São
- Paulo (SP), outubro de 1989.

 38. Conferência no "III Encontro de Magistrados Trabalhistas da Primeira Região", promovido pela Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da l' Região. Tema: "O Processos Trabalhista e a Celeridade Processual". Rio de Janeiro (RJ), outubro de 1989.
- 39. Palestra no "Seminário de Direito Sindical à Luz da Constituição de 1988", promovido pela Universidade do Amazonas — Sub-Reitoria para Extensão. Tema: "Organização do Sindicalismo Nacional à Luz da Constituição de 1988". Manaus (AM), outubro de 1989.
- 40. Painelista no "Seminário sobre Direito Constitucional do Trabalho e o Servidor Público", promovido pela Procuradoria Geral do Estado da Bahía e pelo Sindicato dos Advogados no Estado da Bahía. Tema: "O Poder Normativo e o Servidor Público". Salvador (BA), novembro de 1989.
- 41. Conferência no "I Seminário Nacional de Relações Capital X Trabalho", promovido pelo Sindicato das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos do Estado do Rio Grande do Sul e pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Tema: "Direitos dos Trabalhadores Perspectivas para as empresas face aos encargos trabalhistas na nova Constituição (o que está regulamentado e o que falta regulamentar)". Porto Alegre (RS), novembro de 1989.
- 42. Debatedor no "Encontro sobre Arbitragem na Solução dos Conflitos Coletivos do Trabalho", promovido pelo Ministério do Trabalho e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais — FLACSO. Brasília (DF), dezembro de 1989.
- 43. Professor no Curso de Pós-Graduação "Latu Sensu" em Direito Processual Civil, promovido pelo Institutó Brasileiro de Direito Processual e organizado pelo IBEP

- Instituto Brasiliense de Ensino e Pesquisa - Brasslia - DF, dezembro de 1989.
- 44. Conferencista no "I Conamat Con gresso Nacional da Magistrutura Trabalhista", promovido pela Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA) e pela Associação dos Magistrados Trabalhis-tas da 5º Região. Tema: "Sistematização da Justiça do Trabalho". Salvador (BA), março
- 45. Conferencista no "I Congresso Internacional de Direito Constitucional do Trabalho", promovido pelo Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Academia Nacional do Direito do Trabalho. Tema: "Competência Constitucional em Matéria Trabalhista". Natal (RN), abril de 1990.

Títulos Honoríficos e Prêmios Alcançados:

- 1. Do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com a admissão na Ordem do Mérito do Trabalho, no Grau de Grã-Cruz - 1987:
- Do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, com a admissão na Ordem do Mérito Naval, no Grau de Comendador, publicado no Diário Oficial de 13 de novembro
- de 1984, Seção I;
 3. Do Senado da República, pela posse como Juiz do Tribunal Regional da Primeira Região, com transcrição nos Anais da Casa do discurso proferido — 1978;
- Do Ministério da Educação e Cultura por relevantes serviços prestados ao Projeto Minerva em seus 10 (dez) anos de existência;
- Da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Rio de Janeiro, a ser escolhido paraninfo da Turma de Advogados e Estagiá-
- rios do ano de 1980;

 6. Do Tribunal Superior do Trabalho ao aprovar, em Sessão Plenária de 11 de junho de 1981, inclusão na Ordem do Mérito Judi-
- ciário do Trabalho, no Grau de Comendador
 7. Do Tribuna! Superior do Trabalho,
 com a concessão de Medalha Comemorativa do 40 Aniversário da Justiça do Trabalho;
- do Tribunal Superior do Trabalho, com promoção na Ordem do Mérito Judiciá-
- rio do Trabalho, no Grau de Grá-Cruz;
 9. Do Superior Tribunal Militar, com ad-
- missão na Ordem do Mérito Judiciário Mili-tar, no Grau de Alta Distinção; 10. Do Distrito Federal, com admissão na Ordem do Mérito de Brasília, no Grau de Grande Oficial:
- Do Estado de Minas Gerais, conde-coração com a Grande Medalha da Incon-
- Do Tribunal Regional do Trabalho da 13º Região, agraciado com a Medalha Epi-tácio Pessoa, na Resolução Administrativa
- Do Comando Naval de Brasslia, com a concessão da Medalha "Amigo da Mari-nha", por relevante colaboração prestada á
- Marinha do Brasil 1984; 14. Do Centro Brasileiro de Rádio Edu cativo Roquete Pinto, com a concessão da Medalha Roquete Pinto — 1981;

- Patrono dos formandos em Direito pela Universidade de Brasília, Turma Profes sor Paulo Laitano Távola, 2º semestre de
- Professor Homenageado pelos formandos em Direito da Universidade de Brasí-lia, Turma Orlando Gomes, 2º semestre de
- Professor Homenageado pelos formandos da Universidade de Brasília, Turma Professor Coqueijo Costa, 1º semestre de
- Placa de Prata pela participação no Congresso Nacional de Direito do Trabalho Rumos Pós-Constituinte, promovido pela Academia Nacional de Direito do Trabalho, pelo Instituto Pernambucano de Direito do Trabalho e pelo Tribunal Regional do Traba-lho da Sexta Região, realizado de 25 à 28 de outubro de 1988, em Recife.
- 19. Placa de Prata pela participação no Painel Nacional de Direito do Trabalho, pro-movido pela Associação Brasileira de Advo-gados Trabalhistas e Universidade Santa Ce-cília dos Bandeirantes — Santos (SP), abril
- Homenagem da Faculdade de Direito da Universidade Santa Cec
 fia dos Bandeirantes, com a placa "Mens Agitat Molem". Santos (SP), abril de 1989.
- Paraninfo dos formandos em Direito pela Universidade de Brasslia, Turma Heitor Serrão Borges de Sampaio, 1º semestre de
- Homenagem da Federação dos Em-pregados do Comércio dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo com entrega de medalha comemorativa. Rio de Janeiro,
- Placa de Prata do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Quarta Região junho de 1989.

Atividades Profissionais Atualmente Exerci-

- das:
 1. Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, empossado em setembro de
- Professor Universitário, integrante do Quadro Docente do Departamento de Direi-to da Faculdade de Estudos Sociais Aplicados da Universidade do Brasslia, admitindo em setembro de 1982.
- Ministro Corregedor-Geral da Justiça
- do Trabalho, eleito para o biênio 1989/1990.

 4. Membro do Conselho Consultivo da Academia Nacional de Direito do Trabalho - biênio 1988/1989, recleito para o biênio
- 5. Membro da Banca Examinadora do X Concurso para provimento de cargos de Pro-curador da República.
- 6. Colaborador do Periódico ADT da COAD Centro de Orientação, Atualização e Desenvolvimento Profissional.
 7. Colaborador da Revista LTr.
- Membro da Comissão encarregada das comemorações do centenário de nascimento do Ministro Lindolfo Collor.

- Curso Superior de Guerra, realizado pela Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro (RJ), 1983;
- Seminário Internacional sobre Negociação e Relações de Trabalho, promovido pela Confederação Nacional da Indústria e lo Instituto Euvaldo Lodi. Rio de Janeiro (RJ), 1981;
- Seminário de Atualização em Processo de Execução, promovido pela Escola Supe-rior da Magistratura Nacional e Associaçãop dos Magistrados Brasileiros em convênio com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Rio de Janeiro (RJ), 1980;
 4. Curso "in Collective Bargaining in the United States," Univesity of Wisconsin. Madison (EUA), 1984;
- 5. Curso de Direito Imobiliário, promo-vido pela Editora Sugestões Literárias S/A. São Paulo (SP), 1978;
- 1 Ciclo de Estudos de Normas Interna cionais do Trabalho, promovido pela OIT e Academia Nacional de Direito do Trabalho, tendo sido escolhido orador. Brasília (DF),
- 7. Seminário de Direito Judiciário Civil, realizado pela Faculdade de Direito da Uni-versidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ), 1980;
- Prevenção de Acidentes do Trabalho, realizado pela Fundacentro. São Paulo (SP),
- Curso de Direito do Seguro, realizado pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ), 1970;
- 10. Curso Intensivo de Aperfeiçoamento Profissional, promovido pela Câmara de Comércio dos Países Latino-Americanos. Rio de Janeiro (RJ), 1969;
- II. III Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento, promovido pe-la Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro (RJ), 1978;
- Curso de Direito Processual do Trabalho, realizado pelo Instituto dos Advogados do Brasil. Rio de Janeiro (RJ) 1974;
- Curso de Disciplina da Navegação Marítima no Brasil, promovido na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro (RJ), 1973.

Participação em Congressos:

- a) Reunião Anual da Organização Internacional do Trabalho, 75° Conferência Inter-nacional do Trabalho. Genebra, 1988.
- b) Seminário Seis Constituições Uma visão comparada (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha, França, Portugal e Espa-nha), promovido pelo Instituto Tancredo Nee Fundação Friedrich Naumann. Brasília (DF), 1987;
- c) Congresso Internacional sobre Justiça do Trabalho, comemorativo do 40° aniversário de instalação da Justiça do Trabalho Brasileira, organizado pelo Tribunal Supe-rior do Trabalho. Brasília (DF), 1986; d) VI Encontro de Presidentes dos Tribu-
- nais Regionais do Trabalho, coordenado pelo

Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região. Rio de Janeiro (RJ), 1986;

e) Congresso Internacional e Brasileiro de Direito do Trabalho e Previdência Social, or-ganizado pela Associación Iberoamericana de Derecho del Trabajo, realizado em Foz

de Derecho del Trabajo, realizado em Foz do Iguaçu (PR), 1984;

n Primeiro Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho, organizado pelo Tribunal Superior do Trabalho e a Academia Nacional de Direito do Trabalho. Brasília (DF), 1984;

g) Seminário de Direito do Trabalho, promovido pela Academia Nacional do Direito do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho, em comemoração ao 40º aniversário da Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília (DF), 1983:

(DF), 1983;
h) Congresso Internacional de Direito do Trabalho, promovido pela Academia Iberoamericana de Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social — Madrid — e pelo Instituto Latino-Americano del Derecho del Trabajo y de la Seguridad Social — Buenos Aires, Fortaleza (CE), 1979;
h) XIII Jornada Iberoamericana sobre El Trabajo, e romovida on El Programa Academa

Trabajo, promovida por El Programa Academico de Relaciones Industriales da Universidade Particular San Martin de Porres, Lima

(Peru), 1979;

j) I Simpósio sobre Direito do Trabalho e Previdência Social, promovido pelo Instituto de Estudos e Pesquisas do Direito Employe presarial e Instituto dos Advogados do Brasil Rio de Janeiro (RJ), 1979;

D III Jornadas Luso-Hispano-Brasileiras

de Direito do Trabalho, organizado pelo Tri-bunal Superior do Trabalho. Brasília (DF), 1980.

Publicações:

- 1. Coletânea de Pareceres Jurídicos, emitidos quando membro do Ministério Público — 1977;
- "Da fraude que o artigo 9º da Lei nº 6.708/79 visa coibir e dos efeitos da integração do aviso prévio ao tempo de serviço do em-pregado"
- -LTr nº 34/81, Suplemento Trabalhista; "O Juízo universal da faléncia, a recla-
- mação e a execução trabalhista"

 LTr de julho de 1981;
- "Honorários advocatícios Atuação do sindicato como substituto"
- -Revista LTR de junho de 1982;
- Revista do Trabalho de abril de 1985; Jornal Trabalhista nº 146, de 27 de abril
- "A prescrição e as prestações de trato
- Revista LTr de janeiro de 1983;
- "Conflitos de leis do trabalho no espa-ço Cómputo do tempo de serviço prestado no estrangeiro"
- Revista Trabalhista Brasileira de abril de 1984
- Revista LTr, ano 48, setembro de 1984;
 7. "Empregador, insalubridade e a segurança do trabalho"
- Diário do Comércio & Indústria, de 11 de . maio de 1985;

- 8. "O mercado de trabalho e a contratação do serviço suplementar
- Jornal Trabalhista de 27 de maio de 1985; LTr - Suplemento Trabalhista, Ano XXI, nº 63/85
- Revista de Direito do Trabalho, nº 59, Ano II, janeiro/fevereiro de 1986; 9. "A questão da insalubridade"
- Matéria publicada no Correlo Braziliense,
- Materia publicada no Correlo Brazilense, de 14 de junho de 1985;

 10. "A responsabilidade pelos honorários periciais na Justiça do Trabalho"

 LTr Suplemento Trabalhista, Ano XXI, nº 65/85;

 Revista do Trabalho, nº 35, julho de 1985;
- Jornal Trabalhista, junho de 1985; Revista de Direito do Trabalho, nº 58, março de 1986;
- Jornal Trabalhista, fevereiro de 1987 - Revista de Direito do Trabalho, nº 67, Ano 12, maio e junho de 1987;
- Revista Synthesis do Tribunal Regional do Trabalho da Segundo Região, nº 5, 1987;
- 11. "Prescrição: momento propício à articulação'
- Revista do Trabalho, nº 36, julho de 1985
- e nº 72, março/abril de 1988; —Revista LTr, ano 49, agosto de 1985; —COAD —ADT, nº 21, Ano II, 1987;
- "Uniformização da jurisprudência no âmbito dos Tribunais Regionais do Traba-
- -LTr-- Suplemento Trabalhista, Ano XXI, nº 91/85
- Revista LTr, São Paulo, Ano 49, setembro de 1985
- COAD ADT; nº 26, Ano II, 1987; COAD ADT (Edição especial), 1987;
- Revista de Direito do Trabalho, nº 68, Ano 12, julho/agosto de 1987, páginas 92/97;
- "O alcance de setença normativa" - Revista do Tribunal Regional do Trabalho 9º Região, Paraná, janeiro e junho de 1985:
- "A morosidade no julgamento dos dissídios em geral e especialmente dos coletivos
- Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 9º Região, Paraná, janeiro e junho de
- "Constituinte Reivindicação básica dos trabalhadores"
- ca dos trabalhadores

 Jornal Trabalhista, Ano III, nº 118/119;

 COAD ADT (Número especial), 193;

 Revista de Direito do Trabalho, nº 65, janeiro e fevereiro de 1987;

 — Revista LTr, nº 51, janeiro de 1987;
- Jornal dos Trabalhadores no Comércio do
- Brasil, março de 1987; COAD - ADT (Número especial), abril
- de 1987; Revista do Tribunal Superior do Trabalho,
- Ano 1986; 16. "Segurança do trabalho - Insalubri-
- 10. Segurança do trabalno Insalubridade Amplitude da responsabilidade do empregador"
 COAD ADT, nº 36/86;
 Revista Orientadora Trabalhista, volume 4, julho e agosto de 1987;

- Revista da Inspeção do Trabalho Ano II, nº 2 — Brasília, juíno de 1989; 17. "Ação rescisória — Legitimidade
- Substituição processual trabalhista Intervenção dos substituídos" — Revsita LTr, volume 51;
- ·COAD ADT, números 14 e 22, Ano
- II. 1987; COAD - ADT (Número especial), julho/1987;
- 18. "O prequestionamento e o recurso de revista"
- Digesto Econômico, maio e junho de 1987:
- COAD ADT, nº 34, Ano II, 1987;
- Revista LTr. Ano 51, setembro de 1987;
 Revista Synthesis do Tribunal Regional do
 Trabalho da Segunda Região, número 6,
- "Em prol da celeridade no julgamen-19 to dos dissídios coletivos"
- LTr Suplemento Trabalhista, nº 28/85, 1985:
- "Contrato de trabalho -20. Onus da prova — Enunciado 212 da Súmu-la do Tribunal Superior do Trabalho"
- Revista do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, volume 20, nº 39, julho a dezembro de 1987;
- -Jornal Trabalhista, Ano IV, nº 175 Revista de Direito do Trabalho, nº 69, Ano
- 12, Setembro e outubro de 1987; - Revista LTr, Ano 52, janeiro de 1988;
- Revista Orientador Trabalhista, volume 5, setembro/outubro/1987, páginas 23/27; "A Justica do Trabalho deve legislar"
- Gazeta Mercantil do dia 26-11-1987;

 Correio Braziliense, do dia 6-11-1987;

 Jornal da Tarde, do dia 6-11-1987;
- Revista Synthesis, do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região, nº 6, 1988;
- 22. "A competência do Tribunal Superior do Trabalho e a Constituição"
- -COAD ADT, novembro de 1987; Registro Económico, Ano XLIII, nº 327,
- -LTr, Ano 51, dezembro de 1987;
- "Radiologistas Piso salarial 23. cance do artigo 16 da Lei nº 7.394/85'
 — COAD — ADT, novembro/1988;
- 24. "Mandado de segurança Liminar
- Cassação"
 COAD ADT, outubro de 1988;
- Jornal Trabalhista Ano VI nº 262 Revista do Tribunal Regional do Trabalho da Nova Região Volume XIII nº 2 julho/ dezembro, 1988.
- 25. "O recurso de embargos no Tribunal Superior do Trabalho".

 — COAD — ADT, março de 1988;

 — "Processo do Trabalho — Estudos em Me-
- mória de Coqueijo Costa", Editora LTr,
- 26. "Mandado de segurança Recorribilidade e suspensão dos efeitos da liminar
- onu sentença proferida".

 Revista LTr, n° 1, Ano 53, janeiro de 1989;

 Jornal Trabalhista, Ano VI, n° 260;

- Jurisprudência Trabalhista e Previdenciária — publicação do Centro de Assessoria Trabalhista — julho de 1989;

-COAD - ADT, setembro de 1989; - Revista LTr, nº 8, Ano 53, agosto de 1989. "Estabilidade no emprego de dirigen-

tes e representantes sindicais -COAD - ADT, nº 31, Ano XXIII, agosto

- Suplemento Trabalhista, Ano -LTr. .

XXV, nº 87/89;

Relações Coletivas de Trabalho — Estudos em homenagem ao Ministro Arnaldo Sussekind.

-Editora LTr., 1989. — Marco Aurélio Mendes de Farias Mello.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

MENSAGEM Nº 112, DE 1990 (Nº 400/90, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 52 (item IV) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Sergio da Veiga Watson, Ministro de Segunda Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname, nos termos dos artigos 56 e 58 do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, baixado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986.

Os méritos do Ministro Sergio da Veiga Watson, que me induziram a escolhé-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério

das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de maio de 1990. — Fernando

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae: Ministro Sergio da Veiga Watson

Rio de Janeiro/RJ, 4 de outubro de 1934 Filho de Antonio Coqueiro Watson e Alice

Veiga Watson. Curso de Preparação à Carreira de Diplo-

mata, IRBr. Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas

(CAD), IRBr. Professor de Organização e Métodos de Tra-

balho do MRE, no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do IRBr, 1980.

Chefe da Assessoria Internacional da Secre-taria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio, 1983/85.

Chefe da Assessoria para Assuntos Interna-cionais do Estado-Maior das Forças Armadas, 1986/90.

Terceiro Secretário, 30 de janeiro de 1957. Segundo Secretário, merecimento, 30 de se-tembro de 1961.

Primeiro Secretário, merecimento, 31 de de-

zembro de 1966.

Conselheiro, merecimento, 1º de janeiro de

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 1º de setembro de 1976.

Assistente do Chefe da Divisão de Política Financeira, 1966.

Chefe da Divisão de Organização, 1967/70. Chefe da Divisão de Orçamento e Progra-mação Financeira, 1974/78.

Chefe, substituto, do Departamento-Geral de Administração, 1975 e 1976. Chefe da Divisão de Documentação Diplo-mática, 1978/81.

Chefe, substituto, do Departamento de Co municações e Documentação, 1979/81. Chefe da Divisão de Divulgação Documen-

tal, 1981/82. Berna, Terceiro Secretário, 1959/61. Berna, Terceiro Secretario, 1959/01.
Marselha, Encarregado, 1960 e 1961.
Berna, Segundo Secretário, 1961/62.
Berna, Encarregado de Negócios, 1961.
Bogotá, Segundo Secretário, 1962/66.

Quito, Segundo Secretário, 1963 (provisoriamente) Bogotá, Encarregado de Negócios, 1964/66.

Paris, Primeiro Secretário, 1970/73. Paris, Conselheiro, 1973. São Salvador, Encarregado de Negócios, 1981.

Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr, 1958 (asses-

sor-técnico). Coordenador das provas de seleção prévia do Exame Vestibular ao Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, IRBr, Belo Horizone, 1959

Seminário de Peritos Governamentais em Política Comercial, patrocinado pela CEPAL, Brasília, 1964 (membro). IV Conferência da ALALC, Bogotá. 1964

(membro). Il Sessão do Comitê de Invisíveis e Financiamento, UNCTAD, Nova lorque, 1967 (mem-

À disposição da Delegação da França à posse do Presidente Ernesto Geisel, 1974. À disposição da Delegação do Panamá à posse do Presidente João Figueiredo, 1979. Coordenador do Exame Vestibular ao Curso

de Preparação à Carreira de Diplomata do IRBr, 1979.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.) MENSAGEM DO

PRESIDENTE DA REPÚBLICA Restituindo autógrafo de projeto de lei san-

Nº 113/90 (nº 395/90, na origem), de 27 de abril último, referente ao Projeto de Lei de Conversão nº 32, de 1990, que revoga as Medidas Provisórias nº 153 e 156, ambas de 15 de março de 1990, e dá outras providên-

OFÍCIO DO CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Nº 651/90, de 2 do corrente, encaminhando esclarecimentos do Governo do Distrito Federal sobre os quesitos constantes do Reque-rimento nº 754, de 1989, de autoria do Senador Maurício Corréa, formulado com o obje-tivo de obter informações referentes aos fatos

relacionados com irregularidades na Fundação Cultural do Distrito Federal, apurados pela Comissão de Processo Administrativo constituída pela Portaria nº 3/89-SEA/SC.

O SR. PRESIDENTE (Pompeu de Sousa)

O Expediente lido vai à publicação. Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 1990-COMPLEMENTAR

Regulamenta o inciso VII do art. 192 da Constituição Federal, que dispõe so-bre "critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento"

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As Instituições Financeiras Pú-blicas e Privadas localizadas em Unidade Federada ou Território, cuja renda seja inferior à média nacional, destinará, pelo menos, 50% (cinquents por cento) das aplicações dos recursos de cadernetas de poupança nela de positados, a investimentos nesta mesma área geográfica.

1º Entende-se como renda e renda média nacional, a renda per capita medida para o País, os Estados e Territórios pela Funda-ção Instituto Brasileiro de Geografia e Esta-tística (IBGE), em relação ao Produto Inter-no Bruto do ano anterior. § 2º Para os efeitos deste artigo, conside-

rar-se-á o montante dos depósitos em Cader-netas de Poupança abertas nas Instituições Financeiras Públicas e Privadas, a partir de 1º de março de 1990.

Art. 2º As Instituições Financeiras Públicas e Privadas ficam obrigadas a publicar no Diário Oficial do Estado respectivo, ou no Diário Oficial da União no caso de Território, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre civil, demonstrativo do montante e destinação da poupança captada,

relativos ao trimestre findo. Art. 3º O não-cumprime O não-cumprimento ao disposto na presente Lei sujeita as Instituições Finan-ceiras, seus Diretores, Conselhos Administrativos e Gerentes às seguintes penalidades:

 I — advertência;
 II — cassação temporária ou definitiva de autorização de funcionamento; III — inabilitação temporária ou perma-

nente para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em Instituições Financeiras.

Art. 4° O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa)

dias a partit de sua publicação.

Art. 5º Essa lei entra em vigor na data

Art. 5º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação. Art. 6º Revogam-se as disposições em

contrário.

Justificação

Dentre os dispositivos, em boa hora incluí-dos na Carta Magna com o objetivo de superar as desigualdades regionais, que ainda per-duram no País, destacamos o item VII do

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) - Item 6:

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 111, de 1990 (nº 399/90, na origem), de 2 de maio do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, Ministro Togado do Tribunal Superior do Trabalho, para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Madeira.

Esta votação requer um mínimo de 38 Srs Senadores para a aprovação da Mensagem.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PARECER Nº 157, DE 1990

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião secreta realizada a 9.5-90, apreciando o Relatório apresentado pelo Senhor Senador Mauro Benevides, sobre a Mensagem nº 111, de 1990, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Senhor Doutor Marco Aurélio Mendes de Farias de Mello, Ministro Togado do Egrégio Tribunal Superior do Trabalho, para exercer o cargo de Ministro do Colendo Supremo Tribunal Federal.

Brasília, 9 de maio de 1990 — Cid Sabóia de Carvalho, Presidente — Mauro Benevides, Relator — Lourival Baptista — Jutahy Magalháes — Ronaldo Aragão — Leite Chaves — Carlos Patrocínio — Meira Filho — João Calmon — carlos Alberto — João Castelo — Francisco Rollemberg — Odacir Soares — José Paulo Bisol — Mauricio Correa — Aureo Mello — Márcio Lacerda — Teotónio Vilela — Hugo Napoleão — Afonso Arinos — Jarbas Passarínho — Chagas Rodrigues.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1"-Secretário.

É lido o seguinte

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em discussão (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palávra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

Votaram SIM 50 Srs. Senadores; c NAO

3.

Houve 1 abstenção. Total de votos: 54.

A indicação foi aprovada.

A Presidência comunicará ao Senhor Presidente da República o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Item 7:

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 115, de 1990 (nº 407/90, na origem), de 3 de maio do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Dr. Olavo Drummond para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, em vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Alberto Hoffmanu.

Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1*-Secretário.

É lido seguinte

PARECER Nº 158, DE 1990

A Comissão de Assuntos Econômicos, em vocação secreta realizada a 17-5-90, apreciando o Relatório apresentado pelo Senhor Senador Meira Filho, sobre a Mensagem nº 115, de 1990, do Senhor Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Senhor Olavo Drummond para Ministro do Tribunal de Contas da União.

Brasília, 17 de maio de 1990. — Severo Gomes, Presidente — Meira Filho, Relator — Mauro Benevides — José Fogaça — João Calmon — Ney Maranhão — Jorge Bornhausen — Mário Covas — Dircen Carneiro — Jamil Haddad — Teotônio Vilela Filho — Carlos De Carli — Edison Lobão — Jarbas Passarinbo — Irapuan Costa Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

A votação deverá ser feita em escrutínio secreto, pelo processo eletrônico.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pau-

Todos os Srs. Senadores já votaram? (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

Votaram SIM 45 Srs. Senadores; e NÃO

Houve 2 abstenções. Total de votos: 50

Foi aprovada a indicação

A Mesa comunicará ao Senhor Presidente da República o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Esgotada a matéria constante da Ordem do Dra.

O Sr. Leite Chaves — Sr. Presidente, peço a palayra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Concedo a palavra a V. Ex*

O SR. LEITE CHAVES (PMDB — PR. Pela ordem.) — Sr. Presidente, estou aqui há doze anos e, pela primeira vez, vejo um quorum tão atto e positivo na aprovação de Ministros da Suprema Corte e de todos os Tribunais Superiores. Isso é prova de que o Presidente Fernando Collor de Mello tem sido criterioso na escolha dos indicados para o Supremo.

Nas restrições aos casos passados, vé-se que não havia comportamento político do Senado às indicações; as restrições eram pessoais aos candidatos. Esse quorum revela que realmente o Presidente merece louvor por indicações tão acertadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

 O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)
 Há oradores inscritos. Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

OSR. MARCO MACIEL (PFL — PE, Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos em mãos interessante relatório do Instituto Nacional de Meteorologia que nos foi enviado pelo Dr. José Oribe Rocha de Aragão, Diretor do 3º Distrito de Meteorologia, sediado no Recife.

O documento dá énfase especial ao trabalho desenvolvido por aquele órgão no Nordeste, onde a grande variação interanual da precipitação ocasiona os flagelos ora das secas, ora das enchentes. E tanto as secas como as enchentes provocam a perda das safras e aumentam a insegurança e as tensões sociais, por agravarem as condições permanentes de pobreza das populações nordestinas. E as consequências trágicas logo começam a ser relatadas pela imprensa: a agudização do quadro de fome, os saques de pequenas cidades interioranas por agricultores que perderam tudo, as migrações forçadas, o inchamento das favelas nas capitais da região e do Centro-Sul e o crescimento estatístico da violência urbana.

Os jornais desta semana informam que a Sudene teria enviado um relatório ao Presidente Fernando Collor, que aponta uma situação de seca iminente para todo o Nordeste. Em alguns Estados, como no Ceará, Rio Grande do Norte e Parafoa, as perdas de safras variam de 80% a 100% e já começaram os saques de pequenas cidades do interior.

Sr. Presidente, Sr. Senadores, o povo nordestino depende mais do que nenhum outro povo das boas informações meteorológicas. E é por isso que, de manhá cedo, ao levantar-se, a primeira coisa que o nordestino faz é olhar longamente para o céu, procurando descobrir os sinais que anunciam a seca ou a chuva. O nordestino é um meteorologista por necessidade para, apoiado nas "experiências" transmitidas de pai para filho, defender-se melhor das adversidades climáticas da Região.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o relatório do Instituto Nacional de Meteorologia mostra que o nordestino não está sozinho olhando para o cêu, tentando interpretar os sinais do tempo. As avançadas ciências meteorológicas já estão chegando em seu auxílio. No Recife, sede do 3º Distrito de Meteorologia, há, como se sabe, uma equipe de 91 observadores distribuídos por 50 estações meteorológicas, espalhadas pelos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Todos os dias é feita a transferência de dados, previsões de tempo e informações so-

